

## ***Cidades, aumento demográfico e violência contra a mulher: o ilustrativo caso de Vitória – ES\****

MARIA BEATRIZ NADER  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

### **RESUMO**

Este artigo investiga o quanto o crescimento populacional na cidade de Vitória afetou sua sociedade após os anos de 1970. Esta questão ganha relevância no presente pelo fato de haver proporcionado uma mudança radical no comportamento da sociedade vitorienne, ganhando destaque a violência contra a mulher. Assim, primeiramente, é feita uma síntese da história do aumento demográfico de Vitória e a descaracterização de seu tradicional perfil de cidade administrativa e comercial, com ares coloniais, para tornar-se um aglomerado urbano que absorvia pessoas com comportamentos diferentes dos desenvolvidos pela cultura vitorienne. Em seguida, identificam-se os motivos e os efeitos daquela ocupação desordenada dos mangues e dos morros capixabas no aumento da violência contra a mulher.

**Palavras-chave:** Demografia; Padrões de Comportamento; Violência contra a Mulher.

**ABSTRACT**

This article is in search of how the growing of the population of Vitoria has affected the society after the 70's. This point is prominent nowadays because it provided a considerable change in the behavior of the society in Vitoria, getting evidence the violence against women. Though, at first, summarising the history of the demographic increase of Vitoria and the uncharacterization of its traditional profile of administrative city and commerce with colonial aspects, to become an urban agglomerate that absorbed people with different behaviors of the ones developed by the culture of Vitoria. Then, identifying the purposes and the effects of disordered occupation of the swamps and of the capixaba's slums on the increase of the violence against the women.

**Keywords:** Demography; Standardized Behavior; Violence against Women.

JÁ NÃO É NOVIDADE AS CIÊNCIAS SOCIAIS afirmarem que todo sistema econômico que se expande devido à industrialização tem seus padrões sociais modificados: os laços da família se alteram, deixam de existir determinados valores morais e o comportamento dos indivíduos sofre influências externas. Goode (1969) afirma que a história do mundo sofreu uma série comum de influências – as forças sociais de industrialização e urbanização – e que elas afetaram toda sociedade que se conhecia. Mesmo as sociedades mais afastadas do planeta sofriam as influências daquelas forças, modificando seus padrões sociais, embora em diferentes ritmos e velocidades.

Como consequência dessas mudanças, os novos padrões de comportamento desmontaram as principais funções desempenhadas pelos indivíduos dentro da família tradicional, hierarquizada e estável economicamente: o homem tinha a obrigação de sustentar sua casa e a mulher, manter a virgindade até o casamento e a fidelidade depois. Nas sociedades industrializadas, novos elementos foram sendo inseridos como condição essencial para o desenvolvimento: a concentração da população nas cidades, o aparecimento de novas oportunidades de trabalho para as mulheres e o aumento da margem de realização pessoal que estruturou maiores contatos secundários. Os papéis sociais de cada gênero foram sendo modificados, dando a cada um, aos poucos e com certa dificuldade,

o estabelecimento de novas posições dentro da sociedade familiar. Os homens tiveram dificuldades para atualizar seu papel, culturalmente definido como provedor da família, e quantidades crescentes de mulheres viram-se incorporadas no mercado de trabalho.

No Brasil, dentre essas modificações sociais preconizadas por Goode, a industrialização e a urbanização trouxeram consigo uma radical mudança de valores, que transformou completamente os relacionamentos individuais. Dentre essas mudanças de padrões sociais chama atenção a que diz respeito à violência de gênero no cotidiano das cidades. Desde o começo dos anos de 1970 ela é uma realidade sentida nos centros urbanos, e tem causado diversos efeitos negativos nas relações individuais cidadinas. Divulgada cotidianamente pela mídia, a violência de gênero decorre das profundas mudanças na qualidade e no estilo de vida dos brasileiros, sobretudo dos moradores de médias e grandes cidades.

As cidades brasileiras que receberam movimentos migratórios e que sofreram rápidas mudanças sociais concentraram grande número de pessoas carentes de controles sociais em suas periferias, além de normalmente terem populações que vivem em condições de extrema pobreza e com fatores estruturais desordenados. Ambientes propícios à expansão da violência nas relações individuais, nessas cidades centralizam-se expectativas frustradas e privações socioeconômicas, que dão origem a agressões contra as mulheres, normalmente migrantes com baixo poder aquisitivo e instrução precária.

A proposta deste artigo é discutir como essas mudanças sociais, no caso o aumento desordenado da população, podem influir na violência contra a mulher. Tomou-se, para tanto, o aumento demográfico da cidade de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, a partir dos anos de 1970, quando foram implementados os Grandes Projetos Industriais e, por conseqüência, a inserção das mulheres no mercado de trabalho que se abria.

### **Vitória: aumento populacional e violência de gênero**

Vitória, cidade portuária, até os anos de 1960, teve sua estrutura apoiada na economia agroexportadora da monocultura cafeeira. Com pouca integração ao mercado econômico nacional, a capital do Estado do Espírito Santo era uma cidade periférica e subdesenvolvida. Suas ruas estreitas e tortuosas, com pouca iluminação, eram constantemente invadidas pelas marés altas e suas construções ainda mantinham um estilo colonial. A pequena e pacata população vito-

riense, que se mantinha entre a prosperidade sulista e a pobreza nordestina, não conseguia alcançar o dinamismo socioeconômico da Região Sudeste.

A partir de meados daqueles anos, contudo, essa situação se modificou graças à desagregação da economia primário-exportadora do Estado do Espírito Santo e à implementação de grandes indústrias produtoras de bens de capital que abriram um enorme mercado de trabalho na cidade. Além disso, chegaram à capital capixaba milhares de trabalhadores do campo que haviam ficado desempregados por causa da política de erradicação dos cafezais improdutivos, juntamente com pessoas de outros estados (principalmente da Bahia, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro) e de outros países (Japão, por exemplo), interessadas em trabalhar nas indústrias que se abriam.

Estima-se que, respectivamente, no decorrer das décadas de 1970 e 1980 chegaram à Vitória 175.632 e 458.309 pessoas. Logo centenas delas se fixaram ao redor da cidade, na região metropolitana conhecida como Grande Vitória. Especificamente, o número absoluto de pessoas que habitava Vitória nos anos de 1960 era 83.351, saltando para 133.019, em 1970. Desses, 33,82% eram migrantes e a maioria era do sexo feminino.

**TABELA 1**  
População de Vitória por sexo – 1970-2000

Ano	População total e por sexo – Vitória				
	Total	Mulheres		Homens	
		Número	%	Número	%
1960	83.351	43.413	52.08	39.938	47,92
1970	133.019	70.103	52.70	62.916	47.30
1980	207.736	108.966	52.45	98.770	47.55
1991	258.243	136.399	52.82	121.844	47.18
2000	292.304	154.366	52.81	137.938	47.19

**Fonte:** CARVALHO, 1920; MORAES, 1994; FIBGE. Censos Demográficos do Espírito Santo (1970, 1980, 1991, 2000).

É importante mencionar que o percentual de mulheres e de homens em relação ao total da população vitoriense manteve uma variação em torno de

52,57% e 47,42%, respectivamente. Isso demonstra a existência de uma grande diferença numérica entre os sexos, na cidade e pode ser visto na Tabela 1.

Em Vitória, o homem só foi maioria nos grupos de idade de 0 a 4 anos e de 5 a 9 anos, nos anos de 1970 e 1980, respectivamente. Nessas décadas, a presença feminina dominava a faixa etária de 10 a 70 anos.

No entanto, a maioria da população que chegava a Vitória em busca de emprego era constituída por pessoas sem conhecimento das atividades desenvolvidas no setor formal de trabalho e com limitadas condições de acesso a alojamentos. A instalação dessa população no pequeno espaço físico da cidade e nos municípios circunvizinhos gerou a denominada desorganização social e promoveu um processo de inchação populacional, além de acarretar uma maior e desordenada ocupação do solo. Em 1970, a taxa de ocupação urbana era equivalente a 1.643,42 habitantes por quilômetro quadrado, enquanto em 1980 essa taxa se elevou para 2.562,47, aumentando em 1991 para 2.911,42. No ano 2000, a população chegou a 3.292,99 habitantes por quilômetro quadrado.<sup>1</sup>

A ausência ou ineficácia de um projeto público anterior à mudança econômica que se estabeleceu no Estado, deixou Vitória vulnerável a inesperadas transformações físicas e sociais. Os governos estadual e municipal de Vitória não dispunham de recursos para prover as necessidades sociais e urbanas que haviam sido geradas, principalmente nas áreas de maior concentração de pobreza.

Ainda na segunda metade da década de 1970, na área oposta ao Oceano Atlântico, nas margens do canal que circunda a Ilha, a população migrante invadiu o manguezal, local em que a Prefeitura Municipal de Vitória despejava o lixo da cidade. Essa invasão resultou na formação de várias favelas. Em consequência, numa extensão de aproximadamente cinco quilômetros, surgiu o Bairro de São Pedro, que ficou conhecido internacionalmente pelo documentário *Lugar de toda pobreza*. Ao longo de anos de constantes invasões, São Pedro transformou-se num centro de absorção de populações que buscavam novas oportunidades de emprego nas indústrias incipientes locais. Mas, milhares de pessoas sobreviveram ali da cata de lixo.

Outras famílias inteiras buscaram se estabelecer nos morros da cidade, nas mesmas condições de miséria dos desassistidos, analfabetos e desempregados que invadiram os manguezais, dando origem a graves problemas sociais estigmatizados por doenças, promiscuidade e criminalidade. Em poucos anos, a capital capixaba concentrou cerca de 35% do total da população do Estado, resultando na proliferação de inúmeros problemas sociais.

Vitória sofreu uma enorme descaracterização, perdendo o tradicional perfil de cidade administrativa e comercial do Estado, com ares coloniais, para

tornar-se um aglomerado urbano que absorvia pessoas com comportamentos diferentes dos desenvolvidos pela cultura vitoriense. Considerada anteriormente por seus habitantes como uma cidade bucólica e conhecida nacionalmente como *Cidade Presépio do Brasil*, em menos de dez anos Vitória mudou completamente não só seu aspecto físico, mas também sua convivência social.

Em 1980, a Ilha de Vitória fora urbanizada totalmente, tornando-se um centro populacional altamente congestionado, onde vários bairros foram criados à revelia de uma estrutura organizada. Estima-se que, em 1983, 47% da população de Vitória estavam vivendo em favelas e que a cada dia eram construídos cerca de 20 novos barracos de madeira e alvenaria.

Embora atraísse boa parte da população ativa desempregada do interior do Estado e de outras regiões do país, a indústria em Vitória ainda era uma atividade incipiente, incapaz de absorver toda a força de trabalho disponível. A construção das grandes indústrias criou muita expectativa em torno da geração de empregos, mas havia falta de estrutura para absorver tamanha disponibilidade de mão-de-obra. E essas pessoas foram se aglomerando e criando novos bairros, buscando alternativas de sobrevivência.

Entretanto, a mudança do sistema econômico que promoveu a denominada *desorganização social* em Vitória, se por um lado contribuiu para aumentar o número de pessoas pobres e indigentes que chegavam à cidade todos os dias, por outro, aumentou o número de pessoas que conseguiram acumular uma parcela ainda maior da riqueza produzida.

A expansão do comércio formal e a diversificação do setor de serviços incentivaram a concentração espacial de diversos ramos empresariais, estimulando desse modo uma série de atividades pertinentes ao transporte, à circulação de matérias-primas e de mercadorias, e de atividades ligadas diretamente ao seu processo operacional, como as de fornecedores de componentes e acessórios, e os cursos de especialização de pessoal, entre outras. Por seu turno, essa aglomeração empresarial ocasionou uma concentração de renda em Vitória, incentivando a ampliação dos setores de comércio e de serviços que abrangeram atividades produtivas de compra e venda, armazenagem, sistema bancário, telecomunicações, fornecimento de energia, além das ligadas à administração pública, intensificando, assim, a desigualdade entre as camadas sociais mais extremas.

A instalação da população numa estrutura social desigual e injusta no pequeno espaço físico da cidade contribui enormemente para a promoção de um processo de violência até então desconhecido pelos moradores de Vitória.

O caos que se estabeleceu após o início dos anos de 1970 tornou-se expressivo, não apenas na aparência desordenada do crescimento metropolitano, mas também na reprodução incontrolável da pobreza e da violência. A intensificação de agressões físicas e mortes por causas violentas assumiram uma importância tão crescente que proporcionaram à Vitória o estigma de ser uma das cidades mais violentas do Brasil.

De acordo com Diniz (2005), as intensas correntes imigratórias e a aglomeração de grandes massas populacionais em centros urbanos favorecem, potencialmente, a incidência criminal que concentra agressões individuais que transcendem o nível social refletindo, sem dúvida, a dominação de um grupo e a subordinação do outro. Embora Soares (2000) advirta que não se deve atribuir violência e crime às necessidades econômicas, o fato é que pesquisas como as de Barata *et al* (1999), Drummond Junior (1999) e Freitas (2000) comprovam as evidências empíricas acumuladas que apontam os bairros populares e as favelas, locais que concentram baixas condições de vida, como espaços onde ocorrem as maiores taxas de violência.

Por seu turno, Minayo (1990) afirma que a violência pode ser associada a fatores existentes em ambientes urbanos de elevada concentração populacional, desigualdades de riquezas, impessoalidades das relações, fácil acesso a armas de fogo, abuso de álcool e tráfico de drogas, além da baixa renda familiar e violência policial. Fatores esses encontrados facilmente nas periferias e favelas de Vitória, que são o resultado de um fluxo migratório alimentado por uma falsa imagem promissora das cidades pelo ideal de consumo, com ausência quase total de serviços básicos e direitos à cidadania, fazendo dos moradores dessas regiões vítimas preferenciais da violência.

Cumprido afirmar, contudo, que não se pode dizer que a violência esteja presente somente nos bolsões de pobreza. A pesquisa intitulada *Análise ecológica dos acidentes e da violência letal em Vitória*, realizada pela Prefeitura Municipal de Vitória, entre os anos de 2003 e 2004, aponta o norte da ilha de Vitória como o local de maior concentração de ocorrências de homicídios. Nessa região se encontram os bairros que concentram a população de maior renda do município, tais como Praia do Canto, Jardim da Penha, Mata da Praia e Jardim Camburi.

Essa mesma violência que permeia a sociedade vitoriana como um todo, que entranha-se em todas as camadas sociais, também atinge seus mais diversos segmentos. Entretanto, alguns são mais suscetíveis, como por exemplo, a criança, as mulheres, os idosos e outros indefesos.

Desse grupo, a mulher, seja criança, adulta ou idosa, é a que vive em situação de maior vulnerabilidade, e, na maioria dos casos, pela sua situação física, psíquica e de muitas vezes de dependência financeira, tem pouca ou nenhuma capacidade de defesa e de resistência, o que potencializa a violência contra si praticada. Além do que, a violência contra a mulher guarda estreita ligação com o poder que permeia as relações de gênero que obedecem à ordem patriarcal.

A violência é uma ação intencional, realizada por um indivíduo ou grupo, dirigida a outro, que resulte em óbito, danos físicos, psicológicos e/ou sociais, implicando a utilização da força física ou da coação psíquica ou moral. E pode ser tipificado como violência *estrutural* – representada pelas desigualdades sociais de acesso ao mercado de trabalho e ao consumo de bens essenciais à vida –, como violência *delinquente* – expressada por indivíduos ou grupos que promovem ações contra cidadãos ou patrimônio –, e como violência *cultural* – que se expressa entre pares, a exemplo das agressões entre cônjuges. Na lógica desse raciocínio a violência não se reduz à criminalidade e envolve tanto homens quanto mulheres, que podem converter-se em vítima ou serem autores de atos violentos (Minayo e Souza, 1983).

Em suas tendências históricas, a problemática da violência é condizente com a natureza do social, e as culturas nas quais os homens se inseriram lhe ensinaram que a norma é dominar e obrigatoriamente não perder oportunidades e acreditar que sempre, ou quase sempre, devem ter seus desejos satisfeitos. Assim, o patriarcalismo, sendo um modo de estruturação e organização da vida coletiva baseado no poder de um pai, fez prevalecer o poder dos homens mais fortes sobre outros e entre eles esse fenômeno aparece nas rixas que geram cadeias insolúveis de vinganças, armada ou não. Logo, afirma-se a violência que envolve os homens, perpassa pela lógica da violência estrutural, delinquente e cultural.

Quanto à violência praticada pela mulher ou contra ela, observa-se seu enquadramento mais bem representado na violência estrutural, propiciada pela desigualdade de direito, que pode ser protagonizado pelo membro de uma determinada sociedade, do mesmo sexo ou não, e pela violência tipificada como cultural que envolve as relações entre homens e mulheres e tem características de desigualdade de gênero.

Muito embora haja o enquadramento da mulher como vítima ou como algoz nas tipificações das violências estrutural e cultural, a violência que se comete contra uma mulher ou contra um homem tem características diferentes. Para o entendimento da complexidade da violência contra a mulher é de fundamental

importância o conhecimento do conceito de gênero e sua ligação direta com a percepção das diferenças entre os sexos como sendo importante demarcador de poder. Se o conceito de gênero é a distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica de seres humanos, a violência contra a mulher se refere a qualquer ato de violência que tenha por base o gênero, ou seja, no fato de a vítima ser mulher.

Nas sociedades patriarcais, a relação hierárquica e de autoridade se baseia no princípio da superioridade masculina que se constitui em um ingrediente fundamental dos mecanismos de dominação de gênero. Considerando a teoria de dualismo hierarquizado ser a raiz da violência de gênero, logo, isso resulta em interesses de subordinação da mulher, colocada como ser inferior. E, na medida em que busca desconstruir os papéis sociais estabelecidos, ela encontra resistência dos que querem manter o *status quo*, e quase sempre com atos agressivos.

Historicamente a sustentação da identidade masculina patriarcal foi pautada no ideal de virilidade e pela masculinidade que foi definida tanto em termos necessários como absolutos, a partir de suas presumidas propriedades de, dentre outras, racionalidade, ambição, individualismo, agressividade, como sua contraposição ao gênero feminino, sua antítese mais radical. Essas definições clássicas, universalistas, identificaram o gênero masculino como o gênero humano. Por outro lado, a essa definição acompanha a de feminilidade que dela se deriva, pois seu entendimento é a falta de masculinidade, segundo os exemplos da aristotélica ausência de alma racional, ou freudiana, da inveja do pênis (Calvo, 2006).

Assim, se impunha a ordem patriarcalista de que ser homem implicava em dominar mulheres e nunca se parecer com elas, seres inferiores. Dada a misoginia do pensamento patriarcal, as encarnações femininas da maldade monstruosa sobejam em toda a narrativa ocidental, desde a bíblica Eva que se identifica com a sedutora serpente da encarnação do maligno, precipitando a queda do homem e a perda do paraíso original. Institucionalizada pelo patriarcado, a dominação de um sexo sobre o outro se torna legítima e a condição de desigualdade dos papéis exercidos pelos membros e o excesso de poder nas mãos do patriarca dão à família o *status* de *locus* privilegiado de violência contra a mulher. Por outro lado, a ampla divulgação sobre a generalização do conhecimento da violência mostra que o fenômeno não se restringe apenas ao ambiente doméstico, mas ocorre também no âmbito da comunidade e do trabalho, e que não existem grupos sociais protegidos, ainda que alguns tenham mais condições de buscar proteção institucional e individual. A violência contra a mulher permeia a sociedade e entranha-se em todas as camadas sociais, atingindo os

mais diversos segmentos, não mais se restringindo a um determinado nicho social, racial, econômico e/ou geográfico.

Assim como em todo o Brasil, em Vitória, a cultura patriarcalista de dominação masculina está presente desde os tempos do Brasil Colonial. E pela intensidade do machismo em que se pauta a cultura dos italianos, alemães e árabes, imigrantes que chegaram em grande número ao Espírito Santo na virada do século XIX para o XX, na sociedade vitoriense ainda hoje se percebe nitidamente resquícios da cultura patriarcalista fundado na hierarquia e na desigualdade de lugares sociais sexuados que subalternizam a mulher, descendente ou não daqueles povos. E mais, com a chegada dos migrantes nos anos de 1970, 1980 e 1990, a maioria vindo do interior trazendo sua cultura rural também hierarquizada sexualmente, a miscigenação exacerbou a violência contra a mulher.<sup>2</sup>

Os dados desse fenômeno agravaram-se em todos os segmentos da sociedade vitoriense naqueles anos. Os crimes contra mulheres de todas as etnias, classes sociais, profissões e idades, geraram enorme insegurança na cidade. De repente surgiram de todos os lados casos de violência contra a mulher e repercutiram até fora do Brasil. Em 1973, a menina Araceli Crespo, com nove anos incompletos, teve seu corpo barbaramente seviciado e desfigurado com ácido. Em meados dos anos de 1980, a dentista Ana Angélica Freitas Ferreira, de 22 anos, foi brutalmente assassinada em seu consultório. Em 1992, aos 31 anos de idade, Maria Cândida Teixeira, foi assassinada na porta de sua casa pelo marido Herbert. Uma ação que transgredisse as normas de comportamento social, tal como a mulher terminar um namoro ou casamento, poderia ser motivo de injúria e renderia um homicídio. No início dos anos de 1990, Gabriela Souza, uma jovem que quis terminar o namoro com um empresário, foi jogada da janela de um edifício no centro da cidade. Maria Antonia, ao dizer ao seu marido que queria a separação foi estrangulada nas dependências da escola municipal em que ele trabalhava e seu corpo esquartejado e jogado no lixo. A maioria desses casos continua até hoje insolúvel.

Até os anos de 1960, os casos julgados pela justiça que envolviam vítimas mulheres, fossem estupro, espancamento ou homicídios, dentro ou fora do ambiente doméstico, demonstravam que, quanto mais o agressor se aproximava do comportamento esperado pela sociedade do modelo masculino de bom pai, trabalhador e honesto, maior era o afastamento do comportamento da vítima do modelo feminino prescrito de ser esposa fiel, mão delicada e zelosa com os filhos. A lógica que presidia essas decisões jurídicas era favorável ao agressor pelo fato de apoiar-se na oposição dos papéis sociais entre vítimas e agressores ordenados pela sociedade, e a adequação dos envolvidos a eles. A partir da apli-

cação desse raciocínio na solução dos conflitos nas relações de gênero se verificava a extensão da valorização do comportamento dos envolvidos aos modelos de comportamentos socialmente elaborados. Era como se fosse mais valorado o comportamento dos envolvidos do que o próprio crime.

E isso ocorria em todo o país. Um exemplo típico desse tratamento patriarcal fundado na hierarquia e na desigualdade de lugares sociais sexuais foi o assassinato de Ângela Diniz, em 1976, no Rio de Janeiro. A condição de mulher separada, vivendo história de amor com outro homem, e o seu comportamento de mulher de vanguarda, foram comportamentos tidos como fora dos padrões femininos e serviram de base para os promotores que queriam denegrir a imagem de Ângela Diniz perante a sociedade. A absolvição do criminoso Doca Street, sob alegação de que o crime foi uma reação à defesa de “honra” masculina, desencadeou revolta numa significativa parcela da sociedade que exerceu pressão para um novo julgamento em 1979, quando o assassino foi condenado. Esse caso tornou-se um marco histórico que deu visibilidade à questão da violência contra a mulher e a mídia documentou fartamente o processo judicial.

Na mesma época ocorreram os assassinatos de Claudia Lessin Rodrigues, no Rio de Janeiro, em 1977, de Eloísa Balesteros, em Belo Horizonte, em 1980, e de Eliane de Grammont, em São Paulo, em 1981. Esse último crime, cujo seu ex-marido era o cantor Lindomar Castilho, motivou a campanha *Quem ama não mata*. A repercussão dessa campanha levou milhares de pessoas às ruas em todo o país, protestando contra a impunidade dos agressores. Eram políticos, professores, artistas, sindicatos, lideranças comunitárias e pessoas que sofreram agressões ou tiveram familiares agredidos.

Em Vitória, os jornais da cidade diariamente traziam reportagens sobre a violência contra as mulheres que, indignadas, também protestavam contra a impunidade dos agressores. Em 1985, uma passeata articulada pelo Centro da Integração da Mulher (CIM) e pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo, protestava contra a violência que, nos dos anos anteriores, havia atingido algumas dezenas de mulheres.

Em todo o país, a partir dessa época se opera uma verdadeira batalha contra a violência sofrida pela mulher. Todos os meios de comunicação abundam de publicações que discutem o tema e propõem formas de combate a esse tipo de violência, que parece ter um conceito novo, pois, apesar de não se ignorar as práticas que existiram em todos os tempos, um novo sentimento em relação a elas tomou fôlego.

As denúncias e reivindicações políticas e sociais passaram a ser o centro de entidades de cunho feministas que se formaram, em todo o Brasil, com o obje-

tivo de combater a violência contra a mulher e a orientar as vítimas. Centenas de mulheres se engajaram na política de busca de mecanismos para coibir o uso costumeiro da violência de gênero. Os movimentos feministas, que até então se dedicavam somente a denunciar atitudes agressivas contra a mulher, iniciaram um trabalho que objetivava mudanças legislativas e criação de serviços para atendimento às mulheres vítimas da violência de gênero.

Dentre as mudanças, destaca-se a criação da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAMs), em 1985, cujo objetivo principal voltava-se para uma política social direcionada à mulher vítima de violência, seja doméstica, pública, de gênero ou não, e à punibilidade do agressor, independente de conscientização feminista de planejar ou colocar em prática projetos que buscassem interferir nas condições estruturais das desigualdades entre o homem e a mulher.<sup>3</sup>

Apesar das dificuldades encontradas para implementação das DEAMs e, depois de sobrevivência em se manterem dentro de seu objetivo principal, o número de delegacias em todo o país cresceu e sua permanência até os dias atuais clareia e dá visibilidade à violência contra a mulher, mostrando que realmente há um crime que acontece todos os dias e, que, de certa forma, é mantido pelas representações de gênero baseadas em caracteres patriarcais que determinados segmentos sociais insistem em preservar.

No mesmo ano da implementação da primeira DEAM no Brasil, instalada na cidade de São Paulo, em 06 de agosto de 1985, no Espírito Santo, o CIM capixaba, encaminhou solicitação ao governador para que fosse criada também no Estado uma Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher vítima de violência. Pelo decreto nº. 2.170, de 24 de outubro de 1985, o governador desse Estado criou a DEAM-ES, incluindo-a à estrutura organizacional da Polícia Civil, órgão ligado diretamente à Secretaria de Estado da Segurança Pública, vinculando sua direção ao gabinete do Superintendente da Polícia Judiciária. No período de 1985 a 1990, várias DEAMs foram criadas no interior do Estado.

Apesar de, em todo o país, ser reconhecida a forte subnotificação da violência contra a mulher nas delegacias policiais, pois esse tipo de violência, especialmente a gerada entre os muros domésticos, não é, em sua maioria, denunciada, a DEAM Vitória, em seus primeiros cinco anos, registrou denúncias de 4.300 casos de violência contra a mulher. Alguns desses casos estão descritos como ameaças (906), calúnia, difamação e injúria (229), estupro (35), maus tratos (162), sedução (07), agressão moral (39), agressão física (1.826), injúria, calúnia e expulsão do lar, rapto, roubo, constrangimento ilegal, abandono do lar (1.137).

### **Algumas Considerações**

ESTE ESTUDO PROCUROU ANALISAR OS EFEITOS DO aumento populacional desordenado na cidade de Vitória, a partir dos anos de 1970, e a sua relação com o aumento da violência contra a mulher. Muito embora seja preocupante a generalização, afirma-se que a maioria das pessoas que chegaram a Vitória, vindas do interior do Espírito Santo e de outros estados do Brasil, à procura de emprego na cidade que se transformava economicamente, era analfabeta e promoveu uma ocupação desorganizada dos mangues e morros, formando bolsões de pobreza, além de criar graves problemas sociais, principalmente a promoção de um processo de violência até então desconhecido pelos moradores de Vitória.

Observa-se, contudo, que os determinantes da violência e de seu crescimento, por envolver fatores socioeconômicos como desemprego, ausência de renda, pobreza e desigualdades de riqueza, além de fatores institucionais, como omissão do Estado na prevenção e na repressão da violência, exigem resposta social organizada com planos de ação bem estruturados, além de mudanças socioeconômicas.

A relação dos estudos da violência de gênero e as condições de vida tem gerado certo questionamento sobre os seus determinantes, mostrando que as mesmas não são unívocas nem lineares. Entretanto, observa-se que as áreas onde se concentram as mais baixas condições de vida, em Vitória, aquelas ocupadas por migrantes em busca de emprego nas indústrias da cidade, são as que tem maior proporção de mulheres vítimas das violências. Por isso, após aqueles anos, Vitória se tornou uma das cidades brasileiras com maior índice de violência, principalmente com dados assustadores sobre a violência de gênero, muito embora esses, oficializados nos registros das DEAMs, não evidenciem a realidade dos fatos ocorridos dentro das casas e dos lugares de onde partem as vítimas que denunciam seus agressores.

### **REFERÊNCIAS**

#### **FONTES**

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico do Espírito Santo – 2000*. Tabulação avançada da amostra. Resultados preliminares. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico do Espírito Santo – 1991*. Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico do Espírito Santo – 1991*. Migração. Resultados da Amostra. Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico do Espírito Santo – 1980*. Dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade. Rio de Janeiro, 1982.

\_\_\_\_\_. *Censo demográfico do Espírito Santo – 1970*. Rio de Janeiro, 1973. Série Regional, v. I. Tomo XV.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Violência contra a mulher: ocorrências registradas na Delegacia Especializada em Atendimento da Mulher. Vitória, de 2004 a 2006. Vitória: IJSN, 2008.

#### OBRAS DE APOIO

ARDAILLON, Danielle; GRINDEBERT, Guita. *Quando a vítima é mulher*. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)/CEDAC, 1987.

ARENDR, Hannah. *Da violência*. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1985.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado et al. Quarenta anos de demografia Histórica. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, n. 22 (2), p. 339-350, julho-dezembro 2005.

BANCK, Geert. *Dilemas e símbolos: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo*. Vitória: IHGES, 1998.

BARATA, Rita Barradas; RIBEIRO, Manoel Carlos Sampaio de Almeida; MORAES, José Cássio de. Tendência temporal da mortalidade por homicídios na cidade de São Paulo, Brasil, 1979-1994. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n.15 (4), outubro-dezembro 1999. <http://www.scielo.br>. Acesso em dezembro de 2008.

BEATO, Cláudio. Determinantes da criminalidade em Minas Gerais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.13 (37), jun. 1998.

BESSE, Susan. Crimes passionais e campanha contra os assassinatos de mulheres no Brasil. 1910-1940. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n.18, p. 181-197, agosto-setembro 1989.

BILICH, Jeanne; RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira. Amylton de Almeida: o “guerreiro pelos ideais” pela liberdade, democracia e cidadania (1980-1989). *Revista Agora*, Vitória, n. 2, p. 1-32, 2005.

CALVO, Enrique Gil. *Máscaras masculinas: héroes, patriarcas y monstruos*. Barcelona: Editorial Anagrama, 2006.

CANCELLI, Elizabeth. *A cultura do crime e da lei*. 1889-1930. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

- CORREA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- DANTAS-BERGER, Sônia Maria; GIFFIN, Karen. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n.21(2), p. 417-425, março-abril 2005.
- DELLASOPPA, Emílio; BERCOVICH, Alicia; ARRIAGA, Eduardo. Violência, direitos civis e demografia no Brasil na década de 80: o caso da área metropolitana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n.14 (39), fevereiro 1999.
- DINIZ, Alexandre M. A. Migração, desorganização social e violência urbana em Minas Gerais. *O Espaço Geográfico em Análise*, Curitiba, n. 9, p. 9-23, 2005.
- DRUMOND JÚNIOR, M. Homicídios e desigualdades sociais na cidade de São Paulo: uma visão epidemiológica. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, n.8 (1), p. 63-81, janeiro-fevereiro 1999.
- FELIX, Sueli. A. *Geografia do crime: interdisciplinaridade e relevâncias*. Marília: Unesp Marília Publica, 2002.
- FREITAS, Eni Devay de; PAIM, Jairnilson Silva; COSTA, Maria da Conceição Nascimento; SILVA, Lígia Maria Vieira da. Evolução e distribuição espacial da mortalidade por causas externas em Salvador. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n.16 (4), p. 1059-1040, outubro-dezembro 2000.
- GOODE, Willian J. *Revolução mundial e padrões de família*. São Paulo: Nacional, 1969.
- LANGLEY, Roger; LEVY, Richard. *Mulheres espancadas: fenômeno invisível*. São Paulo: HUCITEC, 1980.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA Edinilsa R. Violência para todos. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 9 (1), p. 65-78, janeiro-março 1993. Site <http://www.scielo.br>. Acesso em dezembro de 2008.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. A violência na adolescência: um problema de Saúde Pública. *Cadernos de Saúde Pública*, n.6 (3), p. 278-292, 1990. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em dezembro de 2008.
- MIRANDA, Ana Paula de; PINTO, Andréia Soares; LAGE, Lana (Org.). *Dossiê Mulher – Atualizado. Série Estudos*. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública (ISP), 2006.
- NADER, Maria Beatriz. Violência sutil no ambiente doméstico: uma nova abordagem de um velho fenômeno. In NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel; SILVA, Gilvan Ventura da (Org.). *História, mulher e poder*. Vitória: EDUFES, 2006.
- NADER, Maria Beatriz; LIMA, Lana Lage da Gama (Org.). *Família, Mulher e Violência*. Coleção Rumos da História, n.8, Vitória: PPGHis, 2007.
- Revista Presença da Mulher*, São Paulo, n.4 (20), 1991.
- SOARES, Luis Eduardo. *Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia de Letras, 2000.

ZURUTUZA, Cristina. Maus-tratos à mulher nas relações de casal; estratégias utilizadas pelo Movimento de Mulheres Latino Americano. In. *Seminário Regional sobre Normatividade penal e mulher na América latina e Caribe - Mulheres: Vigiadas e castigadas*. São Paulo, 1995. p. 89-120.

#### NOTAS

<sup>1</sup> Informações obtidas no site da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Banco de Dados Agregados. SIDRA. *Censos Demográficos do Espírito Santo: 1970, 1980, 1991 e 2000*.

<sup>2</sup> Os termos violência doméstica, violência de gênero e violência contra mulheres são termos utilizados para denominar o grave problema que degrada a integridade da mulher.

<sup>3</sup> Essa desigualdade, tradicionalmente é caracterizada pela violência nas relações de gênero, que é uma variação da violência cultural impregnada na história do Brasil, desde os tempos coloniais. Considerando ainda haver na sociedade brasileira comportamentos tipicamente patriarcais, nos quais os papéis feminino durante séculos estiveram simplesmente voltados a procriação e a obediência, era de se esperar que as estruturas de discriminação que sustentam e permeiam as desigualdades entre os sexos fosse baseada na estratificação onde a mulher ocupa uma posição inferior.